



Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

SIMULADO
TJ-SP
MAGISTRATURA

REGULAMENTO

PROMOÇÃO CONCURSO DE BOLSAS - Estratégia Carreiras Jurídicas

Campanha: *1º Simulado da Magistratura do TJ SP*

1. Este concurso concederá bolsas de desconto nos cursos da carreira da **Magistratura do Tribunal de Justiça de São Paulo** ofertados pelo site Estratégia Carreiras Jurídicas aos 15 candidatos melhores classificados no ranking final do **1º Simulado da Magistratura do TJ SP**.

1.1 A premiação será concedida da seguinte forma:

1.1.1 o 1º colocado no ranking do simulado em questão receberá uma bolsa integral de 100% de desconto;

1.1.2 os candidatos da 2ª à 5ª posição receberão bolsa de 50% de desconto;

1.1.3 os candidatos da 6ª à 15ª colocação receberão bolsa 30% de desconto.

1.1.4 os alunos empatados com mesma nota, dentro da classificação, serão considerados aptos a receberem a concessão das bolsas integral ou parciais;

1.1.5 As bolsas valem apenas para a aquisição do curso da primeira fase do 188º concurso da magistratura do TJ SP, ofertado pelo site Estratégia Carreiras Jurídicas, e não se aplicam a outros pacotes e/ou cursos isolados.

1.1.6 se o(s) candidato(s) premiado(s) já tiver(em) feito a aquisição do pacote a magistratura do TJ SP, o(s) mesmo(s) terá(ão) direito a desconto equivalente para aquisição de outro pacote de cursos em livros digitais e vídeos do Estratégia Carreiras Jurídicas à sua livre escolha.

2. O simulado acontece no dia 6 de outubro, das 8h às 13h30. Para concorrer às bolsas é necessário participar do simulado, responder às questões da prova teste e preencher o formulário que ficará disponível em artigo no site até às 13h30 do dia de realização do simulado.

2.1 somente serão aceitos, para fins de avaliação de nota e classificação neste concurso, os cadastros que forem encaminhados até as 13h30, do dia 6 de outubro, antes do início da transmissão da correção do Simulado que acontece AO VIVO;

2.2 Os alunos devem indicar, no formulário, dados como e-mail e telefone, para que a equipe de atendimento do Estratégia Concursos entre em contato com os contemplados.

2.2.1 fica facultado ao aluno o uso de um nickname/apelido desde que preencha corretamente e-mail e telefone para fins de contato.

3. Participando da promoção você concorda com os termos deste regulamento e com a divulgação do seu nome no ranking classificatório. Nenhum dado pessoal, como e-mail e telefone, será divulgado ou compartilhado com terceiros.



ESTRATÉGIA CARREIRA JURÍDICA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
1º Simulado para o 188º Concurso de Provas e Títulos
para Ingresso na Magistratura

001. PROVA OBJETIVA SELETIVA



JUIZ SUBSTITUTO

- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, que possui 100 questões objetivas, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolher.
- Durante a realização da prova não são permitidos a comunicação entre os candidatos, o porte de arma e utilizar-se de telefone celular para qualquer fim, pager, pontos eletrônicos ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, palms, tablets ou similares.
- Não é permitida a consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 2 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil

1. Serão averbados em registro público:

- a) a sentença de emancipação.
- b) a sentença que decretara a nulidade do casamento.
- c) a interdição por incapacidade relativa.
- d) a sentença declaratória de ausência.

2. A respeito do contrato de seguro, assinale a alternativa correta.

- a) a apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador.
- b) não é obrigatório o seguro de bens dados em garantia de empréstimos ou financiamentos de instituições financeiras pública.
- c) a aquisição, pelo segurado, de mais de um imóvel financiado pelo SFH, situados na mesma localidade, exime a seguradora da obrigação de pagamento dos seguros.
- d) a ocorrência do suicídio antes do prazo biennial legal de carência exime, por si só, a seguradora do dever de indenizar.

3. Marcos, menor impúbere, filho de Laura, estava brincando com os colegas no parquinho do prédio. Fabiano foi acertado por uma pedra, que lhe causou danos na boca, que aparentemente foi lançada por Marcos. Tanto Marcos quanto Fabiano estavam com suas respectivas babás, já que os pais trabalham no horário comercial. A respeito do caso, assinale a assertiva correta:

- a) Laura responde objetivamente pelo dano causado por Marcos, desde que se prove a culpa deste.
- b) Laura responde objetivamente pelo dano causado por Marcos, independentemente de culpa deste.
- c) Laura responde subjetivamente pelo dano causado por Marcos, já que ele não estava em sua companhia, independentemente de culpa deste.

d) Laura responde subjetivamente pelo dano causado por Marcos, já que ele não estava em sua companhia, desde que se prove a culpa deste.

4. Não se submete a decisão judicial:

- a) a alteração do estatuto da fundação pública denegada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco), a requerimento do interessado.
- b) a indicação de administração a pessoa jurídica, caso vier esta a faltar, a requerimento do interessado.
- c) em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores da pessoa jurídica, a requerimento da parte.
- d) tornando-se inútil a finalidade a que visa a fundação, em caso de extinção, a incorporação de seu patrimônio em outra fundação, que se proponha a fim igual ou semelhante, por qualquer interessado.

5. Carlos, Tatiane e Pedro se obrigaram a entregar a Daniela um celular. Ocorre que, por culpa exclusiva de Carlos, o celular se quebrou, de maneira que não mais funciona. Nesse caso,

- a) a obrigação perde a qualidade de indivisível, e, por isso, apesar de todos responderem pela cláusula penal, em sua quota, somente Carlos responde, integralmente, pela cláusula penal, bem como pelas perdas e danos.
- b) a obrigação não perde a qualidade de indivisível, e, por isso, todos responderem pela cláusula penal, bem como pelas perdas e danos.
- c) a obrigação não perde a qualidade de indivisível, e, por isso, apesar de todos responderem pela cláusula penal e pelas perdas e danos, em sua quota, somente Carlos responde, integralmente pela cláusula penal e pelas perdas e danos.

d) a obrigação perde a qualidade de indivisível, e, por isso, somente Carlos responde, integralmente, pela cláusula penal, bem como pelas perdas e danos.

6. Prescreve

a) em 10 anos, a pretensão para cobrança de cotas condominiais vencidas.

b) em 5 anos, a pretensão para cobrança de aluguéis derivados de contrato escrito entre as partes.

c) em 3 anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

d) em 1 ano a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo, para os fundadores, da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima.

7. Geraldo tem um pequeno sítio. Ele observa que o sítio vizinho está abandonado há tempos, porque seu proprietário, José, faleceu, e seus filhos nunca se interessaram pela atividade rural. A área de José fica às margens da rodovia, à frente da área de Geraldo. Por isso, imaginando que os filhos do falecido não se importariam, resolve invadir um pedaço do sítio de José para plantar em área adjacente à sua. Frise-se que ele fez isso movendo a cerca que divisava a propriedade, de modo que os vizinhos não notassem a invasão. Como ele agiu de:

a) boa-fé, a despeito da clandestinidade, tem direito, enquanto durar sua posse, aos frutos percebidos.

b) boa-fé, não havendo clandestinidade, pelo que deve permanecer os frutos colhidos com antecipação, mas deve indenizar as despesas da produção e custeio.

c) má-fé, dada a clandestinidade, respondendo por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber.

d) má-fé, a despeito de não haver clandestinidade, respondendo pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais.

8. O casamento válido se dissolve:

a) pela separação judicial.

b) pela separação consensual extrajudicial

c) divórcio.

d) pela nulidade do matrimônio

9. Mauro é casado no regime da separação obrigatória de bens com Fernanda. Doou a seu pai, Antônio, uma casa no valor de 100. Ele não tem descendentes nem outros ascendentes diretos, mas seus avós maternos continuam vivos. Na abertura da sucessão, seu patrimônio era de 100. A respeito da sucessão de Mauro, assinale a alternativa correta:

a) Fernanda herdará integralmente o patrimônio do falecido marido.

b) Antônio herdará integralmente o patrimônio do falecido filho.

c) Antônio e Fernanda herdarão, cada um, metade do patrimônio.

d) os avós maternos de Mauro herdarão em concorrência com Fernanda, já que Antônio recebeu sua parte da herança em adiantamento da legítima na doação realizada por Mauro.

10. Renato testou todo seu patrimônio para Aline, publicamente. Posteriormente, ao descobrir a paternidade de André, ele revoga o testamento anterior por um codicilo, no qual também nomeia Aline como testamenteira. Nesse caso,

a) toda a herança ficará com André, tendo em vista o rompimento do testamento, mas Aline permanece como testamenteira, porque o codicilo é válido.

b) toda a herança ficará com André, tendo em vista o rompimento do testamento, e Aline não permanece como testamenteira, pois o codicilo não é válido.

c) metade da herança ficará com André e a outra metade, por redução testamentária, a Aline, que Aline permanece como testamenteira.

d) metade da herança ficará com André e a outra metade, por redução testamentária, a Aline, que não permanece como testamenteira.

Direito Processual Civil

11. Assinale a alternativa incorreta:

a) O direito à duração razoável do processo já estava previsto expressamente no ordenamento jurídico brasileiro até mesmo antes da Emenda Constitucional n.º 45/2004.

b) O rol das normas fundamentais do Processo Civil é *numerus clausus*.

c) A possibilidade de o juiz se retratar das suas decisões que não resolvem o mérito (art. 485, §7º, CPC) é uma concretização do princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º, CPC).

d) Vigê no Processo Civil o contraditório substancial, que proporciona às partes não só a ciência e reação, mas também a possibilidade de influenciar as decisões do juiz.

12. Marque a alternativa correta:

a) Se não houver conexão, não é possível reunir dois processos, ainda que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente.

b) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

c) A competência das ações de divórcio e separação prevista nas alíneas do art. 53, I, do CPC é de foros concorrentes.

d) Segundo decisão do STJ, não cabe agravo de instrumento contra decisão que reconhece a incompetência.

13. Marque a assertiva correta:

a) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais.

b) Em demandas de saúde contra o Estado de São Paulo, este pode chamar ao processo a União, já que se trata de obrigação solidária entre os entes federativos.

c) A admissão do *amicus curiae* é possível em todas as instâncias, devendo sempre ser uma pessoa jurídica.

d) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo em que atue em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

14. Sobre a Tutela Provisória, é correto dizer:

a) A estabilização da tutela ocorre nos casos de tutela antecipada e cautelar requeridas em caráter antecedente.

b) O Juiz não pode conceder liminarmente uma tutela de evidência em nenhuma das hipóteses do art. 311, CPC.

c) A ação de revisão, modificação ou invalidação da decisão estabilizada é de competência originária do Tribunal.

d) A irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência não impede sua concessão, em se tratando de direito provável, cuja lesão seja irreversível.

15. Acerca da autocomposição, a alternativa correta é:

a) Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

b) No procedimento comum, o não comparecimento injustificado do réu à audiência

de conciliação ou mediação gera a sua revelia e impõe o pagamento de multa.

c) O conciliador é indicado para os casos em que já existe um vínculo prévio entre as partes, não devendo sugerir soluções, mas sim estimular as partes para que elas cheguem a um consenso.

d) Os Comitês de Resolução de Disputas (Dispute Boards) são um método de solução consensual de conflito, na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 3º do CPC.

16. Aponte a alternativa verdadeira:

a) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será, na ação indenizatória, o valor pretendido. Quando pedir reparação por danos morais, é lícito formular pedido genérico.

b) Do julgamento parcial antecipado do mérito caberá a interposição de apelação.

c) O juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do STJ, STF e do tribunal de justiça sobre direito local. Interposta a apelação, o juiz pode se retratar em 5 (cinco) dias.

d) O magistrado sempre procede ao saneamento de forma individual, não havendo hipótese de saneamento em cooperação com as partes.

17. Sobre o tema provas e execução, está correta a seguinte frase:

a) Aplicar-se-á a distribuição dinâmica do ônus da prova nos casos já previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou excessiva dificuldade de se cumprir o encargo da distribuição legal do ônus da prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, desde que por decisão fundamentada.

b) a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, ainda que pendente o prazo para pagamento voluntário.

c) o cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á de ofício.

d) Para que o executado apresente impugnação, transcorridos os 15 (quinze) dias após a intimação para pagamento do débito, é indispensável que proceda à segurança do juízo, a exemplo da penhora prévia.

18. Com base no Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) A coisa julgada das questões prejudiciais só pode ser aplicada aos processos iniciados após a vigência do novo Código.

b) As disposições do CPC/73, relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas aplicar-se-ão às ações propostas e já sentenciadas até o início da vigência do Novo Código de Processo Civil, caso ainda esteja pendente em grau recursal.

c) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais.

d) As execuções contra devedor insolvente, em curso ou que venham a ser propostas passam a ser reguladas pelo Novo Código de Processo Civil.

19. Sobre a execução:

a) poderá, ainda que já tenha se operado o trânsito em julgado da sentença, ser alegada inexigibilidade da obrigação reconhecida no título, se ele estiver fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo, tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

b) O protesto da decisão que determine a prestação de alimentos somente poderá ser feito após o trânsito em julgado da decisão, devendo o autor se valer de outros meios coercitivos para a efetivação de decisão interlocutória que fixe alimentos.

c) A existência de título executivo extrajudicial não é óbice ao ajuizamento de ação condenatória, podendo ainda o credor optar pelo ajuizamento de

ação monitoria, a despeito da possibilidade de utilização da via executória.

d) a autocomposição judicial não pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

20. Acerca da impugnação às decisões judiciais e tutela coletiva, a assertiva verdadeira é:

a) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

b) Segundo o STJ, a eficácia das decisões proferidas em ações civis públicas coletivas deve ficar limitada ao território da competência do órgão jurisdicional que prolatou a decisão.

c) O incidente de assunção de competência pode ser utilizado quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

d) Cabe reclamação ao STF por violação de tese fixada em repercussão geral de modo imediato, independentemente de terem se esgotado todas as instâncias ordinárias antecedentes.

Direito do Consumidor

21. Considere a seguinte situação: Plano de saúde recusa-se a cobrir a totalidade dos custos de internação de paciente/cliente que já está internado por 40 (quarenta) dias, alegando que o contrato limita a obrigação a 30 (trinta) dias de internação.

Durante o período de hospitalização, o segurado deixa de efetuar o pagamento das prestações mensais do plano de saúde. Após receber alta hospitalar, o então segurado propõe ação requerendo seja o plano de saúde condenado ao pagamento das despesas referentes aos 40 (quarenta) dias de internação. Em contestação, a administradora do plano de saúde propõe reconvenção pleiteando a condenação de seu cliente ao pagamento das prestações em atraso,

acrescido da multa contratual de 10% (dez por cento).

De acordo com as normas consumeristas e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a referida ação deverá ser julgada:

a) improcedente, pois não há abusividade na cláusula contratual que limita o tempo de internação hospitalar.

b) parcialmente procedente, devendo o consumidor realizar o pagamento da mensalidade em atraso como condicionante do ressarcimento pelos custos da internação.

c) procedente, pois a limitação temporal da internação hospitalar é admitida somente nos contratos coletivos de assistência médica; a reconvenção é improcedente, pois a conduta abusiva da administradora do plano de saúde exclui a obrigação do consumidor de efetuar o pagamento das mensalidades referentes ao período de hospitalização.

d) procedente, pois é abusiva a cláusula contratual que limita o tempo de internação hospitalar; a reconvenção deverá ser julgada parcialmente procedente, pois a cliente está obrigada ao pagamento das mensalidades do plano de saúde, mesmo diante da recusa de cobertura, mas a multa contratual não pode exceder 2% (dois por cento).

e) improcedente, devendo ser o contrato de plano de saúde rescindido em razão do inadimplemento, bem como condenado o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios em favor da administradora do plano de saúde.

22. Uma famosa pintura - utilizada como garantia de mútuo em um contrato de penhor subscrito com a instituição financeira BANK - foi furtada de dentro dos cofres do referido banco. A contraprestação devida nos contratos de mútuo garantido por penhor é o pagamento do valor acordado para o empréstimo. Nesse caso, tendo o proprietário da pintura efetuado o pagamento da dívida, a prescrição para que este seja ressarcido pelo valor da obra é de:

a) três anos, devido à sua natureza estritamente civil, conforme disposto no artigo 206 do Código Civil.

b) três anos, por se fundamentar em causa de enriquecimento ilícito da instituição financeira.

c) cinco anos, por se tratar da pretensão de cobrança de obrigações líquidas constantes de instrumento público ou particular.

d) dez anos, por não se enquadrar em nenhuma situação prevista em lei ou que gere o reconhecimento de um direito de consumidor.

e) cinco anos, por se tratar de reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço em uma relação regida pelo CDC.

23. Portador de doença celíaca sofreu paralisia lateral em metade de seu corpo em decorrência de ingerir, por orientação de seu médico, um hormônio para tolerância ao glúten. Este possuía expressa informação em sua bula quanto a possíveis reações adversas, sendo necessária a realização de prescrição médica. Neste exemplo hipotético, o laboratório, fornecedor do produto, quanto aos danos causados ao consumidor,

a) não responde, pois o produto tem periculosidade inerente (medicamento), cujos riscos são normais à sua natureza e previsíveis.

b) responde objetivamente pela teoria do risco do empreendimento ou da atividade.

c) responde objetivamente, por ser causador de um acidente de consumo.

d) responde objetivamente pelos riscos do produto, pelo simples fato de tê-lo colocado no mercado.

e) responde subjetivamente, pois a indicação médica deve ser precedida de exames específicos.

24. No contrato de promessa de compra e venda de uma casa a ser construída, além do período previsto para o término da obra, é comum que haja uma cláusula que permita a prorrogação do prazo de entrega do referido imóvel, podendo variar entre 90 (noventa) e 180 (cento e oitenta)

dias, coloquialmente conhecida como “cláusula de tolerância”. Em relação à cláusula acima referida, assinale a alternativa correta.

a) Não se trata de cláusula abusiva, por exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva a favor da construtora.

b) Não se trata de cláusula abusiva, mas sim de prática abusiva, visto que coloca o consumidor em desvantagem a partir do momento da execução do contrato.

c) Não se trata de cláusula abusiva, pois ameniza o risco da atividade advindo da dificuldade de se fixar data certa para o término de obra de grande magnitude sujeita a diversos obstáculos e situações imprevisíveis.

d) Não é cláusula abusiva, pois é natural que o contrato de construção civil tenha data indeterminada para a conclusão da obra.

e) Tratar-se-ia de cláusula abusiva apenas se juntamente com o prazo de tolerância houvesse previsão de alteração dos valores do contrato por vinculação às variações de custo dos materiais de construção.

25. Os empregados demitidos sem justa causa e os aposentados que contribuíram para plano de saúde coletivo empresarial que tenha sido extinto:

a) apenas poderão ser mantidos nesse plano caso haja interesse deste e anuência do novo contratado.

b) não têm direito de serem mantidos nesse plano, por não pertencerem mais aos quadros da empresa.

c) têm direito a serem mantidos no plano anterior, com as mesmas condições já pactuadas, por terem ingressado anteriormente à saída da empresa.

d) não possuem direito de manutenção nesse plano, desde que tenham sido asseguradas a eles as mesmas condições de cobertura assistencial proporcionadas aos empregados ativos.

e) têm direito a serem mantidos no plano anterior, com as mesmas condições, por abusividade da nova contratação.

Direito da Criança e do Adolescente

26. O Conselho Tutelar, de acordo com a Lei nº 8.069/90:

a) é composto por servidores públicos municipais previamente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;

b) deve representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

c) deve, com a prévia autorização do Ministério Público, dispor sobre a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios, bem como em certames de beleza, em sua área territorial;

d) deve disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em boate, estádio, ginásio e estabelecimentos congêneres.

27. Marcela e Fernando, casados, ela com 20 anos, ele com 25, decidem ingressar com pedido de habilitação para adoção perante a Vara da Infância e Juventude de Cascavel/PR. Habilitados, e após aguardarem por 6 meses, procuram orientação jurídica. Informam a Paulo, procurador jurídico do casal, que pretendem adotar a menina Daniela, de 8 anos, que se encontra acolhida no Programa Família Acolhedora de Cascavel/PR há vários anos, aguardando para ser adotada.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a alternativa correta.

a) O casal não poderá adotar, pois Marcela tem apenas 20 anos de idade e o Estatuto da Criança e do Adolescente exige dos pretendentes à adoção, 21 anos de idade.

b) O casal poderá adotar Daniela, desde que demonstrem documentalmente que a menina

está acolhida há mais de 2 anos, aguardando família substituta.

c) O casal poderá adotar Daniela desde que demonstre que a adoção atende ao superior interesse da criança.

d) O casal não poderá adotar, pois o adotante deve ser, pelo menos, 18 anos mais velho que o adotando.

28. Karoline e Igor, casados há 5 anos, e com dificuldades na condução do casamento, passam a discordar quanto ao exercício do poder familiar de Priscila, cinco anos. Além disso, após o acidente que vitimou seus pais, Karoline envolveu-se fortemente com o alcoolismo, de modo que Priscila, com frequência, é exposta a situações de risco. Igor preocupado com o alcoolismo de Karoline procura advogado para pleitear a guarda unilateral de Priscila.

Diante do exposto, a ação de guarda será ajuizada:

a) perante o juízo cível da comarca do foro de residência da ré, Karoline.

b) perante o juízo cível da comarca do foro de residência da criança, Priscila.

c) perante o juízo de família da comarca do foro de residência da criança.

d) perante o juízo da infância e juventude do foro da residência da criança.

29. Acerca da prática de ato infracional e da aplicação de medidas socioeducativas, assinale a opção correta.

a) O julgamento de apelação interposta em favor de adolescente sentenciado a medida socioeducativa de internação — ao qual não tenha sido imposta anterior internação provisória — é requisito para o início do cumprimento da medida.

b) É cabível a aplicação de medida socioeducativa de internação a adolescente que tenha praticado anteriormente uma única infração grave.

c) Caso o menor infrator complete dezoito anos de idade durante o cumprimento de medida de prestação de serviço à comunidade, a referida

medida deverá ser extinta em virtude de sua natureza.

d) Haverá regressão de medida socioeducativa caso o adolescente descumpra reiteradamente medida de semiliberdade, sendo dispensada a sua oitiva se ele tiver sido advertido anteriormente pelo magistrado sobre as consequências do descumprimento injustificado.

30. Com relação ao instituto da remissão, assinale a opção correta.

a) Diante da omissão do membro do Ministério Público quanto ao oferecimento da remissão pré-processual, poderá o juiz concedê-la, desde que presentes os requisitos legais.

b) Caso discorde do membro do Ministério Público quanto à remissão pré-processual cumulada com medida socioeducativa, o magistrado poderá homologar apenas a remissão se entender ser essa a medida mais benéfica ao menor infrator.

c) Após a realização da audiência de apresentação, o magistrado poderá conceder a remissão judicial ao menor infrator, caso entenda ser essa a medida mais benéfica para o menor.

d) Diante da discordância do magistrado quanto à concessão da remissão pelo membro do Ministério Público ante a gravidade dos fatos, o juiz deverá remeter os autos à promotoria para que outro promotor apresente a representação.

Direito Penal

31. Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a pessoa:

a) o homicídio qualificado-privilegiado é hediondo.

b) o aborto do feto com microcefalia não configura crime, de acordo com o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.

c) A sentença concessiva do perdão judicial, no caso de homicídio culposo, é condenatória, com a excepcional extinção da punibilidade, em razão da desnecessidade da pena.

d) a retratação, no caso dos crimes contra honra, não se comunica aos demais agentes, sendo cabível até a sentença.

32. No tocante aos crimes contra o patrimônio e de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa INCORRETA:

a) no caso do roubo próprio, a consumação ocorre com o apoderamento do bem, não se exigindo a posse mansa e tranquila.

b) consuma-se o roubo impróprio com o emprego da violência ou grave ameaça independentemente da efetiva subtração, razão pela qual se admite a forma tentada.

c) atualmente, o roubo praticado com o emprego de arma branca é simples, por não configurar hipótese de majorante.

d) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

33. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a prescrição:

a) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, exceto se o Tribunal do Júri vier a desclassificar o crime.

b) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

c) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

d) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

34. Acerca das penas, sua aplicação, cominação e execução, assinale a alternativa correta:

a) se houver aceitação do beneficiário, a prestação pecuniária pode consistir em prestação de outra natureza.

b) A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá sempre como teto o montante do prejuízo causado pelo agente ou por terceiro.

c) Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, ainda que inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

d) A falta grave não interrompe o prazo para a progressão de regime prisional e para obtenção de livramento condicional.

35. Sobre dosimetria da pena e fixação de regime inicial de cumprimento, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, desde que anterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

b) Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no artigo 65, III, d, do Código Penal.

c) É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

d) Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

36. Marque a alternativa correta sobre os possíveis efeitos da condenação previstos no Código Penal:

a) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo é automática, independentemente de sua declaração em sentença, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.

b) a perda em favor da União dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico,

alienação, uso, porte ou detenção constitui fato ilícito, dependem de declaração na sentença.

c) é possível a imposição, pelo juiz, de forma motivada, da inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime culposos.

d) o juiz pode declarar, motivadamente, a incapacidade para o exercício do poder familiar, nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar.

37. Quanto aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a resposta correta:

a) O revenge porn, ou pornografia de vingança, não configura crime.

b) Se a vítima do crime de estupro for pessoa idosa, incide a agravante genérica.

c) o crime de importunação sexual é expressamente subsidiário.

d) o estupro corretivo é aquele realizado por motivos exclusivamente religiosos.

Direito Processual Penal

38. Suponha que JOÃO seja preso em flagrante, por vizinhos das vítimas, na forma do art. 302, II do Código de Processo Penal. JOÃO, inconformado com a separação do casal, invadindo a casa, acabara de matar a esposa e o filho com reiterados golpes de facão. JOÃO tem carteira assinada e emprego fixo há mais de dez (10) anos, jamais esteve preso ou respondeu processo e, até então, nada desabonava sua conduta. Com a captura, ainda no local, pelos vizinhos, houve grande aglomeração de pessoas e a comunidade do interior só não o linchou em razão da chegada de grande efetivo da Polícia Militar. Assinale a alternativa correta.

a) Como JOÃO já foi preso em flagrante, não há necessidade de o juiz decretar a preventiva. Afinal ele já está em custódia.

b) Se o juiz entendesse que era caso de preventiva, não poderia decretar essa medida sem antes aplicar outra medida cautelar diversa da prisão.

c) A conversão do flagrante em preventiva, neste caso, seria, de lei, obrigatória, diante do caráter hediondo do crime.

d) O fato de ser primário, ter carteira assinada e emprego fixo não impediria a prisão provisória se ela fosse necessária por outros elementos da lei.

39. Assinale a alternativa correta.

a) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

b) Diante da independência das instâncias, a condenação definitiva na área criminal jamais vai ter reflexos na área cível.

c) A decisão do juiz que absolve o réu por não existir prova da existência do fato faz coisa julgada e tem reflexos na área cível.

d) A 'mutatio libelli' não depende de aditamento da denúncia quando a nova definição jurídica importe em aplicação de pena menos grave.

40. Com referência à citação e intimação no processo penal, assinale a opção correta.

a) Em função dos princípios da simplicidade, informalidade e economia processual, é admissível a citação por edital e por hora certa nos procedimentos sumaríssimos perante o juizado especial criminal.

b) Verificando que o réu, maliciosamente, está se ocultando para se escusar da citação, poderá o oficial de justiça proceder à citação por hora certa, observando as mesmas regras estabelecidas no Código de Processo Civil.

c) No processo penal, os prazos são contados a partir da data da juntada aos autos do mandado de intimação, da carta precatória ou da carta de ordem, devidamente cumpridos.

d) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição processante, deverá solicitar que o processo seja remetido para a comarca de sua residência, a fim de que possa se defender melhor dos fatos que lhe são imputados na denúncia.

41. Assinale a alternativa correta.

a) Em caso de absolvição de réu que responde o processo preso, a apelação do Ministério Público (buscando a reforma da sentença) impede a imediata soltura – o que poderá ocorrer (a liberdade) mediante despacho liminar do relator no recurso interposto, diante de pedido expresso do acusado.

b) O flagrante presumido ocorre quando o agente é surpreendido, no momento em que está cometendo a infração penal, só que diante de poucos elementos probatórios, não havendo convicção sobre a autoria, apenas uma suposição.

c) A prisão temporária é uma espécie de prisão cautelar que não se aplica a qualquer crime e tem como objeto de tutela a investigação criminal, não permitindo que o juiz a decrete de ofício.

d) O crime culposo, ordinariamente, não admite a prisão em flagrante e a prisão preventiva.

42. Assinale a alternativa correta:

a) A suspensão do processo prevista no art. 366 do CPP é uma faculdade do juiz, podendo ele deixar de aplicá-la em crimes graves, com violência ou grave ameaça.

b) Segundo entendimento majoritário do STJ, reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, fará a proposta e posteriormente a submeterá ao Procurador-Geral.

c) Para que se implemente o período de prova e a suspensão condicional do processo, é necessário, dentre outras, que haja denúncia oferecida e recebida, avaliando o juiz, inclusive, a justa causa.

d) O réu que aceita a suspensão condicional do processo reconhece implicitamente a sua culpa, de

maneira que eventual responsabilidade decorrente do mesmo fato criminoso é passível de imediata liquidação e execução na esfera cível.

43. Assinale a alternativa correta:

a) As infrações penais de menor potencial ofensivo estarão sujeitas a rito sumário no juízo comum quando encaminhadas pelo juizado especial criminal.

b) O procedimento sumário é uma espécie de procedimento especial.

c) A resposta à acusação é dispensável em caso de citação pessoal do réu.

d) De acordo com a reforma de 2008, abandonou-se o sistema do 'cross-examination' na inquirição de testemunhas, adotando-se o sistema presidencialista.

44. Assinale a alternativa correta:

a) A fundamentação da decisão de pronúncia deve ser bastante completa e profunda, de maneira a observar o art. 93, inciso IX da CF, esgotando as teses defensivas, ficando claras as razões pelas quais o juiz se convenceu da culpabilidade do agente.

b) Um dos efeitos da decisão de pronúncia é delimitar as teses acusatórias a serem apresentadas para julgamento. De maneira tal que caso uma qualificadora tenha sido afastada pela pronúncia, não poderá ela ser submetida a julgamento em plenário.

c) Na pronúncia não é possível a utilização da 'emendatio libelli'.

d) A impronúncia faz coisa julgada material. De maneira tal que, uma vez impronunciado, o réu não poderá ser novamente denunciado pelos mesmos fatos.

Legislação Penal e Processual Especial

45. Relativamente à progressão nos regimes de pena na atualidade, assinale a opção que contenha assertiva verdadeira:

a) É admissível a chamada progressão per saltum de regime prisional;

b) É requisito objetivo da progressão: o cumprimento de pelo menos 1/6 da pena no regime anterior (tem se tratando de crime comuns) ou pelo menos 1/3 da pena, se o apenado for primário, ou de 2/3, se reincidente (em se tratando de crimes hediondos ou assemelhados);

c) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de regime mais favorável de execução;

d) O reeducando deve ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, vedada a determinação da realização do exame criminológico em quaisquer circunstâncias.

46. A sentença de transação penal, nos termos do artigo 76, parágrafo 5º, da Lei nº 9.099/95, tem as seguintes características:

a) tem natureza homologatória e não faz coisa julgada material.

b) tem natureza condenatória e gera eficácia de coisa julgada apenas material.

c) possui natureza condenatória e gera eficácia de coisa julgada formal e material.

d) possui natureza absolutória e não faz coisa julgada formal e material.

47. Acerca do rito sumaríssimo, são regras procedimentais expressamente previstas na Lei nº 9099/95:

a) desnecessidade de relatório na sentença; impossibilidade de expedição de cartas precatórias e rogatórias.

b) possibilidade de oferecimento de denúncia oral; necessidade de apresentação concomitante de interposição e razões em caso de apelação.

c) intimação das testemunhas por carta com aviso de recebimento pessoal; desnecessidade de intimação das partes para o julgamento da apelação.

d) possibilidade de oferecimento de queixa oral; impossibilidade de nomeação de assistente técnico.

48. Com relação ao porte de arma de fogo em todo o território nacional, podem portar arma de fogo os Integrantes das:

I. guardas municipais das capitais dos Estados, independentemente da regulamentação da lei;

II. guardas municipais dos Municípios com mais de 300 mil habitantes;

III. guardas municipais dos Municípios com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes, quando em serviço;

IV. carreiras de auditoria da Receita Federal e de auditoria fiscal do Trabalho, cargos de auditor fiscal e analista tributário.

Está correto apenas o contido em

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.

49. O legislador elegeu como circunstâncias preponderantes, sobre o previsto no artigo 59 do Código Penal Brasileiro, para a fixação das penas nos crimes de tráfico de drogas, Lei nº 11.343/06, a natureza e quantidade da substância,

- a) a culpabilidade e a personalidade do agente.
- b) a reincidência e a culpabilidade do agente.
- c) a culpabilidade; as circunstâncias e as consequências do crime.
- d) a personalidade e a conduta social do agente.

50. A guarda de arma desmuniada, de uso permitido, em sua própria residência, constituirá crime

- a) na hipótese de a arma, em exame pericial, se mostrar apta a efetuar disparo.

b) na hipótese em que, na residência, houver disponibilidade de munição compatível com a arma apreendida.

c) se o implicado não possuir licença para o porte da arma apreendida.

d) caso o implicado não possua o registro de propriedade válido da arma.

Direito Constitucional

51. Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. Constituição Federal, art. 62, § 6.º. Considerando o artigo referido e interpretando o limite do sobrestamento das deliberações legislativas, o STF fixou entendimento de que o sobrestamento alcança projetos de

- a) lei ordinária sobre temas passíveis de regramento por medida provisória.
- b) decreto legislativo da casa em que estiver tramitando a medida provisória.
- c) lei complementar e de lei ordinária que tratem de temas não incluídos no âmbito de incidência das medidas provisórias.
- d) emenda constitucional e lei complementar.

52. Considere as duas afirmações a seguir.

I - Em um processo judicial, o Estado deve assegurar a observância do contraditório e da ampla defesa.

II - Nas relações entre a imprensa e os particulares, a imprensa deve observar o direito à honra, sob pena de consequências como direito de resposta e indenização por dano material ou moral.

As afirmações I e II contemplam situações que exemplificam a

- a) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- b) eficácia externa dos direitos fundamentais.

- c) eficácia diagonal dos direitos individuais.
- d) eficácia vertical e a eficácia horizontal dos direitos individuais, respectivamente.

53. Acerca da teoria do poder constituinte, julgue os seguintes itens.

I - Lei anterior não pode ser inconstitucional em relação à Constituição superveniente. II - O poder constituinte derivado reformador, também chamado de poder constituinte difuso, refere-se às mutações constitucionais.

III – Se o conteúdo for compatível, a norma anterior será recepcionada, mesmo que sua forma não seja mais admitida pela Constituição superveniente. Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

54. No âmbito do Poder Legislativo Federal, as comissões parlamentares de inquérito

- a) podem investigar fatos referentes a questões de interesse de um estado-membro, ou seja, sem relevância nacional.
- b) têm poderes para determinar medida de busca e apreensão domiciliar e interceptação telefônica.
- c) podem determinar que um investigado não se ausente do país.
- d) têm poderes para quebrar sigilo de dados telefônicos.

55. Acerca da organização administrativa, da administração pública e da ordem social, assinale a opção correta considerando a jurisprudência do STF.

a) Situação hipotética: Um estado da Federação editou lei que proíbe a contratação, pela administração desse estado, de empresas de parentes de ocupantes de cargo de governador e de secretário de Estado. Assertiva: Nesse caso, a

lei editada é inconstitucional por violar a exclusividade da União para legislar sobre licitações e contratos.

b) Situação hipotética: O governador de um estado da Federação foi flagrado pela Polícia Federal portando valor recebido para favorecer determinada empresa em uma licitação. Assertiva: Nesse caso, o agente político está sujeito tanto à responsabilização política mediante impeachment, desde que ainda seja titular do referido mandato eletivo, quanto à responsabilização cível por improbidade administrativa.

c) O texto constitucional estabeleceu contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões e, assim, extinguiu a imunidade contributiva dos aposentados e pensionistas vinculados ao regime geral de previdência social e ao regime dos servidores públicos.

d) Caso haja intenção de desmembrar um município, deve ser feita consulta por meio de plebiscito à população da área a ser desmembrada, mas não há exigência legal nesse sentido no que se refere à população remanescente.

56. Acerca da distinção entre princípios e regras, do princípio da proibição do retrocesso social, da reserva do possível e da eficácia dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

a) De acordo com entendimento do STF, não é cabível à administração pública invocar o argumento da reserva do possível frente à imposição de obrigação de fazer consistente na promoção de medidas em estabelecimentos prisionais para assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral.

b) Os direitos fundamentais são também oponíveis às relações privadas, em razão de sua eficácia vertical.

c) As colisões entre regras devem ser solucionadas mediante a atribuição de pesos, indicando-se qual regra tem prevalência em face da outra, em determinadas condições.

d) Tanto regras quanto princípios são normas, contudo, tão somente as regras podem ser formuladas por meio das expressões deontológicas básicas do dever, da permissão e da proibição.

57. A respeito da classificação e das concepções de Constituição, do conteúdo do direito constitucional e das normas constitucionais, assinale a opção correta.

a) Consoante Hans Kelsen, a concepção jurídica de Constituição a concebe como a norma por meio da qual é regulada a produção das normas jurídicas gerais, podendo ser produzida, inclusive, pelo direito consuetudinário.

b) No que tange ao conteúdo do direito constitucional e a seus aspectos multifacetários, denomina-se direito constitucional comunitário o conjunto de normas e princípios que disciplinam as relações entre os preceitos de Estados estrangeiros e as normas constitucionais de determinado país.

c) As Constituições rígidas, também denominadas Constituições fixas, são aquelas que só podem ser modificadas por um poder de competência idêntico àquele que as criou.

d) De acordo com a concepção de Constituição trazida por Konrad Hesse, a força condicionante da realidade e a normatividade da Constituição são independentes. Nesse sentido, a Constituição real e a Constituição jurídica devem apresentar-se de forma autônoma.

58. Com relação ao regime constitucional das imunidades parlamentares, assinale a opção correta.

a) Para que incida a inviolabilidade do vereador, é necessário que suas opiniões, palavras e votos sejam expressos na circunscrição do município em que ele exerça seu mandato, não se exigindo a demonstração de conexão com o efetivo exercício da vereança.

b) Deputados distritais desfrutam de imunidade formal apenas quanto aos fatos de competência da justiça local.

c) Não perderá o foro por prerrogativa de função o parlamentar federal que estiver licenciado para exercer cargo de ministro de Estado.

d) Vereadores não poderão ser presos desde a expedição do diploma, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável cometido fora da circunscrição do município em que forem eleitos.

59. A instituição de região metropolitana para o fim de integrar a organização, planejamento e execução de funções de interesse público de interesse comum, autorizada pela Constituição Federal, depende

a) de iniciativa dos Estados-membros, desde que conte com a anuência dos municípios limítrofes, a ser instituída por Convênio.

b) de iniciativa de qualquer dos municípios que componham a região, uma vez obtida a anuência dos entes limítrofes, a ser instituída por Consórcio.

c) de iniciativa dos Estados-membros, por meio de lei ordinária.

d) de iniciativa dos Estados-Membros, por meio de Lei Complementar.

60. No estudo da Hermenêutica Constitucional se destaca a importância do constitucionalismo contemporâneo de uma Constituição concreta e historicamente situada com a função de conjunto de valores fundamentais da sociedade e fronteira entre antagonismos jurídicos-políticos. A Constituição não está desvinculada da realidade histórica concreta do seu tempo. Todavia, ela não está condicionada, simplesmente, por essa realidade. Em caso de eventual conflito, a Constituição não deve ser considerada, necessariamente, a parte mais fraca. O texto ressalta corretamente o seguinte princípio:

a) nova retórica constitucional.

- b) senso comum que norteia a eficácia constitucional.
- d) tópico-problemático constitucional.
- d) força normativa da Constituição.

Direito Eleitoral

61. Suponha que o Deputado Estadual X, do Estado Z, tenha sido condenado pela prática de crime culposo contra o patrimônio privado e o sistema financeiro, e que, após interposição do competente recurso de apelação, teve sua condenação confirmada por órgão judicial colegiado. Nessa situação hipotética, a partir das regras decorrentes de inelegibilidade e da ficha limpa, é correto afirmar que o Deputado Estadual X

- a) será considerado inelegível, automaticamente, pois a prática de crime doloso ou culposo contra o patrimônio privado e o sistema financeiro é causa de inelegibilidade.
- b) somente será considerado inelegível após o trânsito em julgado da decisão condenatória, em atenção ao princípio da presunção de inocência.
- c) será considerado inelegível a critério de prudência do Tribunal, no momento da prolação da decisão colegiada.
- d) não será considerado inelegível pela prática do crime contra o patrimônio privado e o sistema financeiro, pois no caso hipotético, esse fora cometido de forma culposa.

62. A respeito da Filiação e Fidelidade Partidária, com base na Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, ainda que com justa causa, do partido pelo qual foi eleito.
- b) A mudança de partido político realizada após a diplomação tem por consequência a perda do mandato, independentemente de se tratar de cargo proporcional ou majoritário.

c) É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na Lei dos Partidos Políticos, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

d) Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, podem ser alterados no ano da eleição.

63. Sobre o crime de coação eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) O crime possui pena de detenção, e 3 a 6 meses e pagamento de dias-multa.
- b) O crime pode ser praticado tanto na modalidade dolosa quanto culposa.
- c) A pena aplicada ao tipo penal pode ser agravada caso o agente que comete o crime seja funcionário da Justiça Eleitoral e se prevaleça do cargo.
- d) O tipo penal exige que haja a coação para votar em determinado candidato. A coação para não votar em determinado candidato não se enquadra na previsão legal.

64. A disciplina que rege as coligações foi alterada pela Emenda Constitucional no 97/2017. A partir dessa alteração, nas eleições que ocorrerem a partir de 2020, a celebração de coligações será

- a) vedada nas eleições proporcionais, atingindo, assim, a proibição, os cargos de Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Deputado Distrital.
- b) permitida para as eleições majoritárias, ou seja, em relação aos cargos de Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Deputado Distrital.
- c) vedada em qualquer hipótese, atingindo tanto as eleições majoritárias quanto as proporcionais.
- d) vedada nas eleições majoritárias, atingindo, assim, a proibição, os cargos de Prefeito, Governador, Senador e Presidente da República.

65. A Lei das Eleições, Lei Federal no 9.504/97, prevê as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, dentre as quais encontra-se

- a) a revisão geral da remuneração de servidores públicos municipais, acima da inflação, em ano de eleições federais e estaduais.
- b) o uso da residência oficial, pelo Chefe do Poder Executivo, candidato à reeleição, para a realização de bate-papo virtual sobre programa governamental.
- c) a realização, no primeiro semestre do ano de eleição, de despesas com publicidade dos órgãos públicos que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecederam o pleito.
- d) participação de servidor público no processo eleitoral, trabalhando, mesmo que gratuitamente e fora de horário de expediente, para candidato de sua preferência.

Direito Administrativo

66. No que se refere à ocupação de bens públicos por particulares e as suas consequências jurídicas, julgue os itens que se seguem:

I. A indenização por bem-feitorias feitas de boa-fé por quem ocupe os terrenos da União adjacentes às linhas férreas se impõe como corolário constitucional do direito à moradia.

II. Apesar de não se poder usucapir bem público as pessoas que ocupem bens públicos têm o direito de os reter até serem indenizados por seu direito de posse.

III. O possuidor de terreno de marinha que ceder a posse a terceiro continuará responsável pelo pagamento das taxas caso não informe esta cessão aos órgãos adequados da União.

São incorretos os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) Apenas o item III.

67. Sobre o processo administrativo disciplinar envolvendo servidor público, julgue, com base na jurisprudência do STJ, os itens abaixo apresentados.

I – Não é lícito ao Poder Judiciário anular pena aplicada em sede de processo administrativo disciplinar, sob o fundamento de que a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais autorizariam a cominação de pena mais branda.

II - É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

III – É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que o advogado constituído pelo servidor público acusado no processo administrativo disciplinar tem o direito de presenciar o depoimento de outros acusados.

Estão erradas:

- a) somente a assertiva I.
- b) somente a assertiva II.
- c) somente a assertiva III.
- d) todas as assertivas.

68. Sobre os atos de improbidade administrativa que produzem lesão ao erário, considerada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa INCORRETA.

- a) O ressarcimento dos danos produzidos ao erário, no caso, não tem natureza de sanção.
- b) O ressarcimento dos danos produzidos ao erário, no caso, é consequência necessária do reconhecimento da prática da modalidade de improbidade em questão.
- c) Cabível é, reconhecida a prática do ato de improbidade em questão, a imposição unicamente da obrigação de ressarcir o erário.
- d) Cabível é, reconhecida a prática do ato de improbidade em questão, a imposição da sanção de multa civil.

69. No que se refere à Lei nº 12.846, de 1º.8.2013, denominada de Lei Anticorrupção, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de tais pessoas jurídicas, quando seus atos atinjam a Administração nacional ou estrangeira, julgue os itens que se seguem:

I. A noção de pessoa jurídica para os fins da aplicação desta lei é restritiva e só abarca pessoas jurídicas regulamente constituídas, sendo os demais casos enquadrados em leis diversas.

II. A lei Anticorrupção adota a responsabilidade objetiva no que se refere às pessoas jurídicas envolvidas nas condutas que tipifica, mas com relação às pessoas físicas adota responsabilidade subjetiva, dependendo a efetiva responsabilização da demonstração de culpa lato sensu.

III. Assim como a delação premiada no direito penal, há previsão legal de um instrumento que beneficie a pessoa jurídica que queira colaborar com as investigações de que seja sujeito passivo pelos tipos previstos nesta lei, é o acordo de leniência.

São incorretos os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) Apenas o item I.

70. Assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de validade de concurso público é de dois anos, prorrogável até o preenchimento de todos os cargos pelos candidatos aprovados.
- b) A sujeição do candidato a cargo público a exame psicotécnico fica a critério discricionário da Administração.
- c) Em concurso público, é possível limitar a idade dos candidatos quando esta limitação se justifica pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

d) O vencimento dos servidores pode ser determinado por lei ou ser objeto de convenção coletiva.

71. Avizinhando-se o período de eleições para governador, policiais civis e auditores fiscais de um determinado estado-membro promovem greve, com a finalidade de influenciar a não reeleição do candidato da situação. Diante de tais fatos, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF,

a) a Lei de Greve aplicável ao setor privado deve balizar o movimento paredista de servidores públicos, enquanto o Poder Legislativo não normatiza a matéria, devendo a greve de servidores públicos ser avisada com antecedência mínima de noventa e seis horas.

b) o exercício do direito de greve, muito embora seja vedado, sob qualquer forma ou modalidade, a policiais militares, é admitido aos policiais civis e aos auditores fiscais.

c) caso seja instaurada mediação pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, para vocalização dos interesses da categoria, será obrigatória a participação do Poder Público na tentativa de solução consensual de conflito.

d) a Administração pública não pode proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, porque estes possuem uma relação estatutária com o Estado, a qual não é interrompida pela greve.

72. Sobre a autarquia, assinale a alternativa correta.

- a) É pessoa jurídica de direito público criada por lei, integrante da Administração direta.
- b) É criada por lei, mas sua existência legal depende do registro do seu estatuto na Junta Comercial.
- c) É criada por lei para desempenhar, com exclusividade, funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado.

d) Sua extinção, assim como sua criação, somente pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.

73. Nos termos da Lei que regula o Processo Administrativo, Lei nº 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando

- a) decorrerem de reexame de ofício.
- b) reconhecerem ou ampliarem direitos ou interesses dos administrados.
- c) decidirem processos administrativos, independentemente do objeto.
- d) forem baseados em pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

74. Na modalidade licitatória do pregão, disciplinada pela Lei nº 10.520/2002, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo

- a) os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta.
- b) a proposta detalhada, com a composição dos custos unitários discriminada.
- c) uma declaração do licitante de que cumpriu todas as exigências fixadas no edital.
- d) uma declaração do licitante de que sua proposta foi elaborada de forma independente.

75. Quanto aos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 8.666/1993, assinale a afirmação correta.

- a) É vedado o contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
- b) Não é permitido conferir tratamento diferenciado e favorecimento às microempresas e empresas de pequeno porte, por ferir o princípio da isonomia.

c) O gestor deve sempre exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

d) As cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos podem ser alteradas unilateralmente pela Administração Pública.

Direito Ambiental

76. O pagamento por serviços ambientais, previsto no código Florestal, tem por fundamento o princípio:

- a) do poluidor pagador
- b) da responsabilização
- c) da prevenção
- d) do protetor recebedor

77. Um curso d'água perene com 8 metros de largura, proveniente de área rural, adentra em zona urbana. O que acontece com a faixa marginal (largura de 30 metros) desse curso d'água em decorrência de sua entrada na zona urbana?

- a) vai depender do que a legislação municipal determinar
- b) continua sendo considerada área de preservação permanente, não havendo qualquer alteração em sua abrangência
- c) tem uma redução de 50% para fins de área de preservação permanente
- d) deixa de ser considerada área de preservação permanente

78. A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. Qual das unidades abaixo não requer a consulta pública precitada?

- a) estação ecológica
- b) monumento natural
- c) refúgio da vida silvestre

d) área de proteção ambiental

79. Um navio que transportava combustível acabou explodindo ao atracar no porto de destino, causando mortes e um grande dano ambiental, prejudicando o ecossistema local. Pescadores locais ajuizaram ação de reparação civil em face dos proprietários do navio e também em face das empresas que apenas adquiriram a carga da embarcação. Em relação a responsabilidade destes adquirentes marque a alternativa correta:

a) a responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva e solidária; portanto, os adquirentes da carga devem ser obrigados a reparar os danos ambientais causados

b) a responsabilidade civil em matéria ambiental é subjetiva; portanto, os adquirentes só poderão ser responsabilizados caso fique comprovada sua culpa ou dolo

c) a responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva e solidária, mas mesmo assim é exigível a demonstração do nexos causal entre os danos causados e a atuação dos adquirentes, o que afasta, no caso, a responsabilização civil destes.

d) a responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva, mas não é solidária, o que afasta a responsabilidade dos adquirentes da carga

80. Em relação à servidão ambiental, prevista na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81, assinale a alternativa correta:

a) pode ser formalizada apenas por instrumento público ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama

b) é permitida, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

c) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, perpétua ou temporária, desde que, neste caso, se respeite o prazo mínimo de 10 anos

d) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal

Direito Tributário

81. Um município do interior de Minas Gerais notificou determinada instituição educacional beneficente, sem fins lucrativos, a pagar IPTU referente a fato gerador ocorrido em 2016, em razão da propriedade de um pequeno terreno localizado no centro da cidade, o qual é utilizado como estacionamento pago, cujos valores arrecadados são destinados ao financiamento de aulas gratuitas à população carente da cidade. O município não acolheu a alegação de imunidade tributária, sob o fundamento de que o terreno não estava sendo utilizado diretamente na prestação de qualquer serviço educacional. Além disso, o fisco municipal cobrou da entidade, além dos juros e correção monetária, multa moratória no percentual de 20% sobre o valor principal. Em 2017, foi publicada a Lei Municipal 12.549/2017, que reduziu a multa moratória para 10% sobre o valor do débito. Com base nas informações acima e na legislação vigente, é correto afirmar que:

a) Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade.

b) É vedada a cobrança dos juros e da multa cumulativamente, pela ocorrência do bis in idem.

c) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 20%, prevista na legislação vigente à época do fato gerador.

d) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 10%, prevista na Lei Municipal 12.549/2017.

82. São hipóteses de suspensão do crédito tributário:

a) O Parcelamento, a moratória e a compensação.

b) O parcelamento, o depósito do seu montante integral e a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

c) O parcelamento, a penhora integral do crédito e os recursos administrativos.

d) O parcelamento, a isenção e a anistia.

83. O poder executivo federal editou decreto, em novembro de 2017, elevando a alíquota do IPI de um determinado produto de 2% para 5%, dentro dos limites estabelecidos em lei, tendo determinado que a cobrança da nova alíquota deveria se dar imediatamente. A Pessoa jurídica xx, em dezembro de 2017, realizou importações do referido produto, tendo efetuado espontaneamente o pagamento para realização do desembaraço aduaneiro. Acerca dessa situação, assinale a alternativa correta:

a) O Decreto ofende o princípio da legalidade tributária, e o prazo prescricional para repetição dos valores pagos ilegalmente é de 10 anos.

b) O Decreto ofende o princípio da legalidade tributária, e o prazo prescricional para repetição dos valores pagos ilegalmente é de 5 anos.

c) O Decreto ofende o princípio da anterioridade anual, e o prazo para repetição dos valores pagos ilegalmente é de 5 anos.

d) O Decreto ofende o princípio da anterioridade nonagesimal, e o prazo para repetição dos valores pagos ilegalmente é de 5 anos.

84. Dentre as alternativas abaixo, assinale a incorreta:

a) Somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

b) Salvo nas hipóteses constitucionalmente previstas, somente a lei pode instituir ou aumentar tributo;

c) A atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo do tributo deve ser realizada por meio de lei.

d) Não é obrigatória a observância da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal no caso de elevação da alíquota do Imposto de Importação.

85. Considerando as disposições constitucionais acerca do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), aponte a única alternativa incorreta:

a) O IPI será seletivo, em função da essencialidade do produto;

b) O IPI será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

c) O IPI não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior;

d) O IPI terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma do disposto em decreto do Poder Executivo.

86. Acerca das imunidades tributárias, assinale o item correto:

a) As entidades políticas são beneficiárias da imunidade recíproca também nos impostos indiretos, como o ICMS e o IPI, tanto quando figurarem como contribuintes de direito como quando forem apenas contribuintes de fato.

b) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

c) Os cemitérios fazem jus à imunidade religiosa, inclusive quando mantidos por particulares.

d) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca apenas com relação àqueles em que a empresa age em regime de monopólio.

87. João era proprietário de um imóvel urbano, sobre o qual recaía dívidas de IPTU, dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, débitos atinentes à taxa de lixo, dos anos de 2016 e 2017, e contribuição de

melhoria que incidira em 2015. Em fevereiro de 2018, João vendeu o imóvel a Carlos, sem que constasse do título a prova da quitação desses tributos. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) A responsabilidade tributária é exclusiva de João com relação aos débitos concernentes à taxa de lixo e contribuição de melhoria, porque não se aplica nesses casos qualquer modalidade de responsabilidade por sucessão.
- b) A responsabilidade é exclusiva de Carlos, porque as dívidas subrogam-se na pessoa do respectivo adquirente.
- c) João e Carlos respondem solidariamente pelos créditos tributários em comento.
- d) João e Carlos respondem solidariamente pelos créditos tributários atinentes ao IPTU. Com relação aos demais, a responsabilidade é exclusiva de João.

88. A pessoa jurídica X, que possui 6 pizzarias na cidade de São Paulo/SP, resolveu vender um dos seus restaurantes, localizado na zona norte da cidade, à pessoa jurídica Y, recém constituída. A pessoa jurídica Y passou a explorá-lo com outra razão social, mas manteve a mesma forma de atuação, os mesmos funcionários e as mesmas receitas de pizzas. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir sobre responsabilidade tributária:

- a) A pessoa jurídica Y é responsável apenas pelos tributos devidos pela pessoa jurídica X até a data do ato da transformação empresarial, não sendo responsável pelo pagamento das multas moratórias e punitivas.
- b) A pessoa jurídica Y é responsável solidária pelos tributos e multas devidos até a data da alienação do estabelecimento.
- c) A pessoa jurídica Y não é responsável por sucessão, porque a atividade passou a ser explorada sob outra razão social.
- d) A pessoa jurídica Y é responsável subsidiária pelos tributos e multas devidos até a data da alienação do estabelecimento.

89. A empresa X informou ao fisco estadual que o total de ICMS devido pelos fatos geradores ocorridos em março de 2012 foi de R\$ 50.000,00. Por passar por dificuldades financeiras, não recolheu nenhuma quantia. Em dezembro de 2017, no entanto, o fisco estadual verificou que a quantia devida era de R\$ 60.000,00, e não de R\$ 50.000,00 como havia sido declarado. Não houve dolo, fraude ou simulação do contribuinte. Em 20/12/2017, o fisco estadual fez o lançamento suplementar dos R\$ 10.000,00 remanescentes, sem que tenha sido interposto recurso administrativo. Em 10/02/2018, o crédito de R\$ 10.000,00 foi inscrito em dívida ativa, e em 10/03/2018 foi ajuizada a ação de execução fiscal cobrando essa quantia. Diante desse cenário, avalie as alternativas abaixo acerca da prescrição e/ou decadência do direito de cobrar o valor remanescente de R\$ 10.000,00:

- a) Ocorreu a prescrição do crédito tributário, porque o lançamento suplementar foi efetivado 5 anos após o fato gerador. No entanto, o juiz não pode reconhecer a prescrição de ofício, devendo ouvir a Fazenda Pública sobre eventuais causas suspensivas ou interruptivas.
- b) Ocorreu a decadência do crédito tributário, podendo o juiz reconhecê-la de ofício.
- c) Não ocorreu a decadência ou a prescrição do crédito tributário.
- d) Não ocorreu a prescrição do crédito tributário, porque o prazo de cinco anos para realização do lançamento é contado a partir do exercício financeiro seguinte àquele em que ele poderia ter sido efetuado.

90. O estado de São Paulo ingressou com a ação de execução fiscal em 10/02/2018 contra a pessoa jurídica X. Ao tentar fazer a citação por oficial de justiça, foi constatado que a empresa não estava localizada no estabelecimento informado nos cadastros fiscais. Diante desse fato, o Estado de São Paulo requereu o redirecionamento da execução fiscal contra João e Pedro, o primeiro sócio-quotista e o segundo administrador da

sociedade. O juiz deferiu o pedido e ambos foram devidamente citados. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta:

a) A decisão que determinou o redirecionamento da execução contraria a jurisprudência dominante, porque o patrimônio da pessoa jurídica é independente do patrimônio da pessoa física.

b) O redirecionamento foi deferido corretamente com relação ao sócio-quotista, porque há a presunção de dissolução irregular da pessoa jurídica quando ela não é encontrada no endereço informado ao fisco. No entanto, não poderia ter sido deferido o redirecionamento contra o administrador, porque ele não faz parte do quadro societário.

c) O redirecionamento só poderia ter sido realizado contra o administrador da pessoa jurídica.

d) A presunção de dissolução irregular é absoluta, não comportando provas em sentido contrário.

Direito Empresarial

91. Em relação ao empresário individual incapaz, assinale a alternativa CORRETA.

a) Poderá o incapaz, desde que representado ou devidamente assistido, iniciar ou continuar a empresa;

b) A continuidade da empresa exige integralização do capital social;

c) A autorização judicial para continuidade da atividade empresarial requer procedimento de jurisdição voluntária, dispensada a participação do Ministério Público;

d) Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.

92. No que tange à sociedade limitada, assinale a alternativa CORRETA.

a) É assegurado aos sócios minoritários, que representem pelo menos um sexto do capital

social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente;

b) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social;

c) É aceita a contribuição parcial que consista em prestação de serviços;

d) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

93. Quanto às Juntas Comerciais, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Haverá uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva;

b) As juntas comerciais subordinam-se administrativamente ao governo da unidade federativa de sua jurisdição e, tecnicamente, ao DNRC (DREI), nos termos desta lei;

c) O registro compreende a matrícula, o arquivamento, a autenticação e o protocolamento.

d) Qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões, mediante pagamento do preço devido.

94. Em relação à empresa individual de responsabilidade limitada, assinale a alternativa CORRETA.

a) Para doutrina majoritária, a natureza jurídica da EIRELI é sociedade unipessoal;

b) O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após ou antes da firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada;

c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente

poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade;

d) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades simples.

95. No que tange à teoria geral do direito societário, assinale a alternativa INCORRETA.

a) De acordo com a doutrina majoritária, o ato constitutivo de uma sociedade não é contrato, mas sim ato unilateral coletivo;

b) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos;

c) No direito societário, a sociedade é a empresária, e não os seus sócios;

d) A principal característica da sociedade de capital e indústria era a possibilidade de contribuição de um dos sócios por meio da prestação de serviços.

96. No que tange à duplicata, aponte a alternativa CORRETA.

a) A duplicata é protestável apenas por falta de aceite ou pagamento, embora possa ser cobrada por falta de devolução;

b) A perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela;

c) A duplicata pode ser emitida em compra e venda mercantil, prestação de serviços e cobrança de aluguel de bens móveis;

d) Uma só duplicata pode corresponder a mais de uma fatura.

97. Quanto aos títulos de crédito, aponte a alternativa INCORRETA.

a) Título de crédito é documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produzindo efeitos quando preencha os requisitos da lei;

b) Para parte da doutrina, o princípio da autonomia possui dois subprincípios, quais sejam: abstração e inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa-fé;

c) O endosso parcial é admitido pelo Código Civil;

d) De acordo com o princípio da independência, o título de crédito vale por si só, não precisando ser completado por outros documentos.

98. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, como deve ser feita a contagem de dias no stay period:

a) Em dias úteis;

b) Em dias corridos;

c) Em dias úteis ou corridos, de acordo com a decisão do Juízo Universal;

d) Em dias corridos, desde que exista concordância dos credores.

99. De acordo com a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, aponte a alternativa CORRETA.

a) No Brasil, a referida teoria foi apresentada inicialmente por Fábio Ulhoa Coelho;

b) Em caso de desvio de finalidade, caracterizado pelo abuso da personalidade jurídica, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;

c) À míngua de previsão legal, o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, quando preenchidos os requisitos da medida, poderá ser realizado a qualquer tempo;

d) A desconsideração da personalidade jurídica, também chamada disregard doctrine, foi primeiramente admitida em nosso ordenamento com a sua inclusão no CC (art. 50).

100. No que tange ao Direito Falimentar, assinale a alternativa CORRETA.

a) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário;

b) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, na recuperação judicial, a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e

execuções em face do devedor, em hipótese nenhuma, excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação;

c) A recuperação judicial não poderá ser requerida pelo sócio remanescente, mas apenas pela sociedade empresária;

d) A Lei nº 11.101/05 aplica-se integralmente à sociedade seguradora.